**DECRETO Nº 123/2021**

**“DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES ECONÔMICAS PASSÍVEIS DE FUNCIONAMENTO NO MUNICÍPIO DE MOEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O Prefeito Municipal de Moema/MG, no uso de suas atribuições, em especial o inciso IX do artigo 89 da Lei Orgânica Municipal, e Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

**CONSIDERANDO** a Decretação pelo Estado de Minas Gerais, Decreto n.º 113, de 12 de marco de 2020, que declarou Situação de Emergência em Saúde Pública no Estado em prazo de surto de doença respiratória;

**CONSIDERANDO** que o êxito na prevenção e controle do Novo Coronavírus depende do envolvimento dos serviços de saúde e da sociedade em geral.

# DECRETA:

**CAPÍTULO I**

**DAS PROIBIÇÕES E DETERMINAÇÕES DE FECHAMENTO E SUSPENSÃO**

**Art. 1º -** Fica determinado o fechamento, por tempo indeterminado, das seguintes atividades:

I- clubes sociais e recreativos, saunas, quadras esportivas, campos de futebol, quiosques, salões sociais, entre outros, salvo as piscinas que poderão atender ao público somente para atividades físicas e fisioterápicas, devendo ser mantido o distanciamento, sendo proibido a venda de bebida alcoólica e o consumo no local devendo ser monitorado por funcionário do clube;

II– salões de festas;

III – atividades de recreação e lazer;

**Art. 2º -** Fica determinada a suspensão das seguintes atividades:

I – eventos sociais e de lazer que geram aglomeração de pessoas;

II – visitas de familiares, amigos e religiosos a idosos recolhidos em Instituições de Longa Permanência de Idosos, exceto nos casos essenciais à preservação da saúde e do bem-estar da pessoa institucionalizada, sempre com as cautelas impostas e observadas pela direção.

**Art. 3º** -Fica proibido o consumo de bebida alcoólica em quaisquer estabelecimentos privados autorizados a funcionar na forma deste Decreto, bem como em quaisquer áreas públicas do Município.

# CAPÍTULO II

**DAS DETERMINAÇÕES ESPECIAIS DE FUNCIONAMENTO**

**TÍTULO I**

**DOS COMÉRCIOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, AMBULANTES E FEIRAS LIVRES**

 **Art. 4º** - Os estabelecimentos comerciais, tais como, bares, restaurantes, lanchonetes, lojas de conveniência, supermercados, pizzarias, padarias, sorveterias, comercio de gêneros alimentícios e estabelecimentos similares, deverão respeitar as seguintes condições para o exercício das atividades comerciais, além daquelas que sejam estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais ou pela União Federal:

I – proibida a venda de bebida alcoólica para consumo no estabelecimento;

II – implementar e manter todos os procedimentos, protocolos gerais e específicos aplicáveis ao estabelecimento, previstos neste Decreto e em atos normativos do Estado de Minas Gerais e/ou da União Federal

III – uso de máscaras para os profissionais, funcionários e clientes, exceto durante a ingestão de refeições e/ou bebidas;

IV – garantir espaçamento mínimo de 2,00 (dois) metros de distância entre atendente e cliente ou cliente e cliente, salvo, nessa última hipótese, quando os clientes se tratarem de membros de um mesmo núcleo familiar com parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, em que o distanciamento deverá se dar com relação ao atendente ou às demais outras pessoas;

V – garantir a ocupação por, no máximo, 1 (uma) pessoa por 4,00 m2 (quatro metros quadrados) de área, salvo na situação de parentesco prevista no inciso anterior;

VI – higienizar mesas, cadeiras, cardápios e demais utensílios utilizados ao final de cada refeição;

VII – higienizar frequentemente banheiros, balcões e locais de circulação de pessoas;

VIII – é de responsabilidade do comerciante garantir o cumprimento das regras de proteção em toda estrutura ofertada para atendimento e para desempenho das atividades empresárias;

IX– controlar a entrada de pessoas no estabelecimento, com o objetivo de não ultrapassar a ocupação máxima estabelecida;

X– afixar cartaz com as orientações para uso de máscara e com preenchimento do quantitativo de pessoas permitido no estabelecimento;

XI– disponibilizar frasco com álcool em gel a 70% na entrada do estabelecimento e em todas as mesas;

XII– manter o local arejado, com janelas e portas abertas;

XIII – evitar o uso de ares-condicionados e ventiladores;

XIV – Fica vedada a prática de músicas ao vivo, mecânica ou qualquer tipo de entretenimento;

XV- fica permitida a modalidade delivery, de segunda-feira a segunda-feira.

 **Art. 5º** - Fica permitido a modalidade self-service, observadas as seguintes restrições, sem prejuízo das demais medidas específicas contidas neste decreto, especialmente contidas no art. 4º:

I-limite de 2 (duas) pessoas por vez no buffet;

II- ao servir, o cliente deverá utilizar luvas descartáveis nas duas mãos;

III- uso obrigatório de máscara;

**Art. 6º -** A realização das feiras livres deverão observar as seguintes medidas de segurança:

I – manter a distância mínima de 03 (três) metros entre as barracas;

II – proibido serviço self-service;

III – proibido atividades de entretenimento, música ao vivo e som mecânico;

IV – proibida a venda de bebidas alcoólicas.

**TÍTULO II**

**DAS ATIVIDADES FÍSICAS E DESPORTIVAS**

**Art. 7º -** O funcionamento das atividades físicas e desportivas, incluindo academias, está condicionado ao cumprimento das seguintes medidas de segurança:

§ 1º - As atividades de academias e estúdios de musculação, ginástica, crossfit, pilates, yoga devem observar o seguinte:

I – limitar a quantidade de alunos no interior do estabelecimento, de modo a permitir o máximo de 01 (uma) pessoa a cada 04m2 (quatro metros quadrados);

II – aferir temperatura de cada aluno e impedir a entrada no estabelecimento dos que apresentarem temperatura superior a 37º C (trinta e sete graus celsius);

III – impedir a entrada no estabelecimento de aluno que apresente tosse, coriza, febre, perda de paladar e olfato, entre outros sintomas da COVID-19;

IV – promover a desinfecção apropriada e frequente de todos os aparelhos e equipamentos após a utilização por cada aluno, com álcool 70º INMP, solução de hipoclorito de sódio a 1% (um por cento) ou produtos saneantes autorizados e registrados na ANVISA;

V – não realizar ou permitir atividades que geram aglomerações ou contato físico, sob qualquer circunstância;

VI – reforçar a higienização do estabelecimento, principalmente nos sanitários, corrimãos, maçanetas, portas, janelas, mesas e cadeiras, mantendo o registro dos respectivos processos de limpeza;

VII – disponibilizar suportes com álcool em gel em pontos estratégicos do ambiente de treinamento para a higienização obrigatória das mãos dos alunos e colaboradores, devendo certificar-se da devida utilização;

VIII – reforçar a limpeza dos aparelhos de ar condicionado, conforme Plano de Manutenção Preventiva, dando preferência a ventilação natural;

IX – disponibilizar borrifadores com álcool 70º INMP e papel toalha para higienização dos equipamentos antes e após o uso (tantos quanto forem necessários);

X – a cada troca de turno de alunos, o estabelecimento deverá realizar uma parada de, no mínimo, 15 (quinze) minutos, a qual deverá ser dedicada à realização de limpeza geral, incluindo pisos, mobiliários e equipamentos, ficando proibido o encontro de alunos de um turno com o outro, anotando-se ainda, o registro de limpeza (data, hora e responsável);

XI – exigir a utilização de máscaras de proteção das vias aéreas por todos aqueles que estiverem no estabelecimento;

XII – providenciar lixeiras com tampas e acionamento por pedal;

XIII – autorizar somente o uso de garrafas de água individuais e copos descartáveis individuais, não podendo utilizar os bicos de bebedouros;

XIV – evitar o uso de ventiladores;

XV – proibir a realização de avaliações físicas de qualquer natureza em salas fechadas;

XVI – fornecer a todos os colaboradores os equipamentos de proteção individual, os quais não poderão manter contato físico com os frequentadores;

**TÍTULO III**

**DAS ATIVIDADES RELIGIOSAS**

**Art. 8º -** Fica autorizada a abertura de Igrejas, Templos e Centros Espíritas para visitação e celebrações religiosas presenciais.

§ 1º - As atividades religiosas, cultos, cultos ecumênicos, adorações, ritos, ou quaisquer manifestações religiosas devem observar o seguinte:

I –respeitar rigorosamente a distância mínima de 1,5 m (um metro e meio) de um fiel para o outro, salvo, se os fiéis se tratarem de membros de um mesmo núcleo familiar com parentesco afim ou consanguíneo, em linha reta, até o segundo grau de, caso em que, o distanciamento entre eles não será exigido;

II – Impedir a entrada no estabelecimento de pessoas que apresente tosse, coriza, febre, perda de paladar e olfato, entre outros sintomas da COVID-19;

III – Permitir a entrada somente de pessoa que esteja em uso de máscara facial;

IV – Promover a desinfecção apropriada e frequente de todo o ambiente, principalmente os assentos/bancos/cadeiras após a realização da atividade, com álcool 70º INMP, solução de hipoclorito de sódio a 1% (um por cento) ou produtos saneantes autorizados e registrados na ANVISA;

V – Não realizar ou permitir atividades que geram aglomerações ou contato físico, sob qualquer circunstância, tais como abraços, dinâmicas de grupo, entre outros;

VI – Reforçar a higienização do estabelecimento, principalmente nos sanitários, corrimãos, maçanetas, portas, janelas e mesas, mantendo o registro dos respectivos processos de limpeza;

VII – Disponibilizar suportes com álcool em gel em pontos estratégicos do ambiente para a higienização obrigatória das mãos de todos os usuários, devendo certificar-se da devida utilização;

VIII – Os estabelecimentos deverão enquadrar na normativa deste decreto, e poderão continuar suas atividades conforme disposições ínsitas neste decreto.

# TÍTULO IV

**DAS DETERMINAÇÕES GERAIS DE DISTANCIAMENTO E MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO**

**Art. 9º -** No caso das atividades econômicas em que o funcionamento está autorizado, no que couber a cada atividade, deverão ser observadas as seguintes medidas de segurança:

I – uso de máscaras ou cobertura sobre o nariz e a boca para funcionários, clientes e proprietários;

II – respeitar o limite de 01 (uma) pessoa para cada 04 m2 (quatro metros quadrados), no setor de serviços e comércios de qualquer natureza;

III – nos estabelecimentos que possuem menos de 10 m2 (dez metros quadrados), o atendimento deverá ser individualizado;

IV – controlar a entrada de pessoas no estabelecimento, com o objetivo de não ultrapassar a ocupação máxima estabelecida;

V – manter rigorosamente a distância mínima de 02 (dois) metros entre as pessoas, sinalizando as áreas de circulação interna;

VI – disponibilizar lavatório com dispensador de sabonete líquido e papel toalha ou dispensador com álcool gel a 70% (setenta por cento), para uso dos clientes, funcionários e entregadores, na entrada do estabelecimento e ainda em pontos estratégicos;

VII – manter o local arejado, com janelas e portas abertas;

VIII – evitar o uso de ares-condicionados e ventiladores;

IX – os dispensadores de água que exigem aproximação da boca para ingestão (bebedouros), devem ser lacrados, permitindo-se o funcionamento apenas do dispensador de água para copos descartáveis ou itens de uso pessoal;

X – realizar a higienização dos pisos, depósitos, áreas de circulação, estoques, balcões, sanitários e todas as superfícies metálicas constantemente com desinfetantes a base de cloro para piso e álcool a 70% (setenta por cento) para as demais superfícies, no mínimo, 02 (duas) vezes ao dia, ou conforme necessidade;

XI – fica recomendado a proteção de todas as máquinas de pagamento com plástico transparente para serem higienizadas com álcool a 70% ( setenta por cento) após cada uso;

XII- afixar cartaz, com as orientações para uso de máscara e com preenchimento do quantitativo de pessoas permitido no estabelecimento.

Parágrafo Único – O funcionamento das clínicas de estética, salões de beleza e barbearias, está condicionado ao cumprimento das seguintes medidas de segurança, sem prejuízo daquelas determinadas pelo Estado de Minas Gerais e/ou pela União Federal:

I – limitar 1 (um) cliente a cada 2,00m² (dois metros quadrados), salvo quando se tratarem de clientes de um mesmo núcleo familiar, nos termos previstos neste Decreto, caso em que, o distanciamento não será exigido;

II – obrigatoriedade de horário agendado;

III – proibição de permanência do cliente no estabelecimento fora do horário de atendimento;

IV – proibição de consumo de alimentos e bebidas pelo cliente, como ainda de manuseio de jornais e revistas, ou similares, a partir do ingresso no estabelecimento;

V – observância de intervalo mínimo de 15 (quinze) minutos, entre o atendimento a um e outro cliente, para fim de ser promovido a higienização e desinfecção dos mobiliários, dos equipamentos e das mãos dos profissionais e de eventuais colaboradores;

VI – garantir a distância mínima de 2,00 (dois) metros entre os clientes, com a ressalva prevista no inciso I deste artigo

VII – manter o ambiente ventilado e arejado;

VIII – utilização de máscara de proteção facial pelos profissionais e disponibilização de máscaras para os clientes, para uso destes, durante o atendimento, se possível tal uso sem prejuízo do atendimento;

IX – disponibilização de álcool 70% em gel, para os clientes;

X – troca de toalhas a cada atendimento / procedimento

XI – utilização de máscara, e de luvas, estas, pelas manicures e pedicures, no exercício das atividades;

XII - higienizar objetos e equipamentos entre as utilizações no atendimento a pessoas distintas;

# CAPÍTULO II

# Art. 10º - No caso de descumprimento das regras impostas neste Decreto e das determinações federal e estadual, deve o Município se valer do poder de polícia, com base na excepcionalidade do momento e nos termos da Lei, sujeitando o infrator:

# I – Advertência;

# II – Suspensão do alvará;

# III - Cassação do alvará;

# IV - Fechamento compulsório pelas autoridades competentes;

# Parágrafo único - Além das penalidades previstas neste artigo o infrator fica sujeito ao enquadramento no crime de propagação de doença contagiosa, nos termos do art. 268 do Código Penal.

**Art. 11 -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 12 -** Revogam-se as disposições em contrário.

Moema/MG, 02 de junho de 2021.

***Alaelson Antônio de Oliveira***

***Prefeito Municipal***